



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Anexo

Documento n.º 1

O BREXIT E A DESCENTRALIZAÇÃO

Caros Amigos,

Estamos no Natal, esta é uma altura especial e é sempre um prazer dirigir-me aos Ilustres colegas da assembleia municipal.

Este ano estive em Londres com a minha Família... e quase não vimos ingleses.

O taxista que nos fez o “transfer” do aeroporto até o hotel era de Budapeste e a empresa era também de um húngaro. Precisei depois de confirmar o transporte de regresso e atendeu-me um espanhol.

Nos típicos “cabs” (táxis londrinos), fomos conduzidos por um tipo muito simpático... das Maurícias. Nos “pubs”, bares característicos ingleses onde se serve boa cerveja e fraca comida, os empregados eram jovens italianos, franceses, espanhóis...

Num restaurante do famoso chef inglês *Jamie Oliver* fomos atendidos por um brasileiro e depois fui com um amigo de Coimbra, que é enfermeiro em Londres, a um restaurante grego, onde naturalmente trabalhavam gregos.

No autocarro turístico que percorre a cidade encontrámos um português, da Madeira, que reconheci logo pelo sotaque com que falava inglês e na bilheteira de um teatro onde fomos estava a trabalhar uma senhora do Porto.

No regresso, no aeroporto, entrei numa loja “Duty Free” e fui atendido por uma senhora das Filipinas.

Segundo li numa revista, em Londres há pessoas de mais de 270 nacionalidades, incluindo naturalmente ingleses, os quais, pelo que percebemos, conduziam ou faziam-se conduzir em Bentleys, Maseratis, Aston Martins, etc..

Londres é uma capital financeira onde a maioria dos ingleses ocupa cargos elevados e trabalha no setor terciário, por isso não andam na rua.

Os políticos ingleses protestam muito por causa do acordo quanto ao Brexit, mas protestam de quê? Da burocracia de Bruxelas? Da falta de solidariedade? Alegadamente pretendem manter as fronteiras abertas quanto aos negócios mas fechá-las às pessoas.

Será que é por falta de união que saem da União Europeia? Será assim nos restantes países da Europa? É esta a Europa que pretendemos?

Será que qualquer poder central não percebe que sem delegar competências e criar oportunidades para todos, não consegue manter o equilíbrio do território, nem melhorar a qualidade de vida das pessoas?

Será possível ter um governo forte e autarquias fracas, ou câmaras municipais poderosas e juntas de freguesia diminuídas, não será ao contrário, quanto mais forte for cada um de nós mais temível ou competitivo o conjunto, a Nação?

Está em discussão em Portugal, como sabemos, um processo de descentralização de competências, sendo uma oportunidade para todos assumirmos do que somos capazes.

Não podemos lamentar o centralismo e depois nada fazer para o contrariar...

Aqui no concelho e de acordo com as promessas eleitorais, além do **Mapa Turístico Municipal**, está prevista a criação de um **Espaço Criativo para acolhimento de Start-Ups** (segundo a wikipédia, uma *startup* é uma empresa recém-criada, normalmente de base tecnológica, em fase de desenvolvimento e pesquisa de mercados, as denominadas "empresas.com"), em ambientes de **"co-working"**, que significa partilha do espaço e dos recursos, reunindo pessoas que trabalham para empresas e setores de atividade diferentes e de **networking**, ou seja, em ambiente que permite estabelecer uma rede de contactos, sendo uma importante ferramenta de marketing pessoal, potenciando as chamadas economias da partilha e/ou do biscoito, assente em plataformas tecnológicas, como o Airbnb e a Uber, ou criando empresas de entregas ao domicílio, por exemplo de peixe fresco ou pastéis de nata biológicos que emagrecem quem não comer mais nada...

Saliento também como objetivo programático deste executivo, a **delegação de competências nas Juntas de Freguesia/União de Freguesia**, reforçada agora no artigo 29.º da Lei n.º 50/2018, lei da descentralização de que falámos na assembleia anterior; a criação dos **Espaços do Cidadão** nas Freguesias de Midões e de Mouronho, incentivos para a aquisição e/ou recuperação de **habitações tradicionais nas aldeias**; a criação dos **Centros de Interpretação do Mundo Rural e do Queijo da Serra da Estrela**, que não têm de ser na sede do concelho, a **Praia Fluvial da Ronqueira**, as **Zonas de Lazer de Vale de Gaios e de Sevilha** e a **Plataforma Logística em Fonte Arcada**, sem esquecer os projetos de desenvolvimento rural.

Percebo que nem todos me percebiam, mas o problema pode não ser só meu e aproveito para citar um email que recebi do nosso conhecido Município Senhor Rui de Moura, a seguir à nossa assembleia de Junho: *"Junta Cópia Administrativa da Reclamação... (não é nesta parte). Aproveito a oportunidade para o felicitar pelas suas palavras de abertura (...)- doudas palavras compreendidas por todos os que as souberam escutar.*

Muito obrigado Sr. Rui de Moura, como aliás já tive oportunidade de lhe agradecer. Há dias em que vale a pena abrir os emails e espero naturalmente que a minha mensagem de discussão pacífica e resolução dos problemas pelo diálogo seja compreendida e que haja efetivamente melhor relacionamento entre todos.

Da minha parte, nunca tive receio das críticas, pelo contrário, sempre aprendi com elas e ainda que haja críticos que gostem de dizer mal por dizer, essas críticas esgotam-se logo porque afinal não têm razão de queixa, mas também não percebo a falta de elogio ao trabalho dos outros, só porque são "os outros".

Vou insistindo nesta problemática até sentir alguma mudança e à cautela, deixemos a porta aberta pois pode haver gente nova a querer entrar.

Assim vai o mundo... e às vezes parece-me também que o mundo dentro de nós.

Para terminar, não posso deixar de me congratular com a criação da **União Desportiva de Tábua**, projeto que sempre defendi e desejar o maior sucesso à respetiva Direção. Bastaria ler a parte da demografia da nossa excelente Carta Educativa para justificar a união de esforços. Mais do que «criada para ligar dois emblemas» (Tabuense e Tourizense), como na altura li no feliz título do “Diário de Coimbra”, acho que homenageia os dois clubes e estou certo que irá engrandecer o concelho, como aliás se demonstrou logo na apresentação conjunta realizada no Estádio Municipal, bem como no recente Jantar de Natal, sem esquecer o sucesso desportivo da equipa de infantis, festejada por todos.

Já agora, também pretendo deixar uma palavra de apreço e de vivo reconhecimento pela criação de uma Academia Artística no concelho, tendo assistido a um brilhante concerto da respetiva Orquestra no passado dia 15 de dezembro, no centro cultural. E a Maria Rueff em Tábua também é um ótimo sinal de descentralização. Parabéns Luís Branquinho e sua equipa.

No próximo Natal, falarei sobre “natalidade”.

Muito obrigado pela V. atenção, continuação de Boas Festas e deixarei para o final da assembleia uma pequena surpresa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Anexo

Documento n.º 2



GRUPO MUNICIPAL

Período Antes da Ordem do Dia - Intervenção

Muito boa tarde, cumprimento o senhor Presidente Assembleia Municipal e com ele toda a mesa que o acompanha, o senhor presidente da Câmara Municipal e todos os vereadores eleitos, cumprimento também os presidentes de junta e união de freguesias aqui presentes bem como todos os deputados municipais, os funcionários, o restante público e a comunicação social.

O grupo municipal do Partido Socialista inicia a sua intervenção por congratular o Sr. Presidente da Câmara e todo o executivo municipal pela organização da VI Gala do Desporto, exaltando mais uma vez o que se faz melhor no nosso concelho em termos desportivos. A crescente importância do desporto neste município é reconhecida dentro e fora do concelho, traduzindo-se pelo terceiro ano consecutivo, na atribuição do galardão "Município Amigo do Desporto".

Considerando as crescentes alterações climáticas verificadas, todos temos uma função acrescida de proteção ambiental no sentido de deixar um mundo melhor para as próximas gerações. Neste sentido, o grupo municipal do Partido Socialista parabeniza este município pela Bandeira Verde ECOXXI, um galardão que reconhece as boas práticas desenvolvidas na promoção da sustentabilidade ambiental, económica e social.

Neste sentido, queremos também manifestar a nossa satisfação pelo posicionamento da qualidade da água da torneira no município de Tábua com 99,62%, permitindo um consumo cada vez mais seguro por parte população, segundo os dados relativos ao controlo da qualidade da água por concelho em 2017, revelados em novembro pela ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos.

Em seguida, queremos congratular pelo recebimento da bandeira verde com palma, também pelo terceiro ano consecutivo, galardão atribuído às Autarquias + Familiarmente Responsáveis, premiando boas práticas em matéria de responsabilidade familiar.

Felizmente que a melhoria da qualidade de vida das famílias não se restringe apenas à nossa terra, mas também ao nosso país, que pelas mãos do governo do Partido Socialista tem traçado um caminho de crescimento económico, de criação de emprego, de devolução de rendimentos às famílias e de promoção igualdade rumando a uma sociedade mais justa.

Seguidamente, o nosso grupo municipal solicita alguns esclarecimentos ao Sr. Presidente da Câmara.

Começo por questionar a razão pela qual a Feira de S. Martinho não foi realizada no novo espaço da feira que possui excelentes condições?

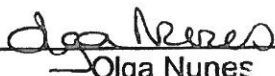
Qual o ponto de situação do saneamento no nosso concelho?

E como estão as candidaturas para a reconstrução das segundas habitações afetadas pelo incêndio?

Por fim, em nome do grupo municipal do Partido Socialista e em meu nome pessoal, quero desejar a todos excelente Ano 2019.

Muito Obrigada

Tábua, 26 de dezembro de 2018



Olga Nunes
(Grupo Municipal do Partido Socialista)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Anexo

Documento n.º 3

PARTIDO SOCIALISTA

JOSÉ ANGELO PIRES OLIVEIRA

Intervenção na Assembleia Municipal de Tábua - Sessão Ordinária de 26 dezembro 2018

II - Período da ordem do dia

Ponto 3 – Aprovação do orçamento da receita e despesa para 2019

O executivo da Câmara Municipal de Tábua, apresenta-nos hoje, aqui nesta Assembleia Municipal, o orçamento e as grandes opções do plano para o ano 2019, com valor aproximado de 20 milhões de euros.

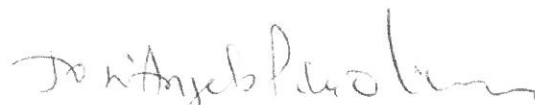
Permitam-me que destaque a despesa de capital que ronda 45% do total orçamentado, dos quais tem previsto para novo ano 2019, uma despesa de mais de 8 milhões de euros em aquisições de bens de capital, em infraestruturas e outros equipamentos coletivos.

Solicito ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que nos informe sobre:

- Quais os investimentos que estão em execução, e os que vão iniciar em 2019, no sistema de saneamento de águas residuais no concelho de Tábua;
- Quais os investimentos no PARU (plano ação regeneração urbana) previstos para 2019;
- E se vai ocorrer alguma renegociação do PO-SEUR.

Também solicito informação sobre em que consiste os investimentos em dois projetos de âmbito cultural e na área da educação: projeto artéria e plano inovador de combate ao insucesso escolar.

O grupo municipal do Partido Socialista orgulha-se do documento hoje apresentado, e vai votar favoravelmente. Muito Obrigado.





ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Anexo

Documento n.º 4

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TÁBUA DE 26/DEZEMBRO/2018
Ex.º Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Tábua

Eu abaixo-assinado Rui Silveiro de Moura, B.I. n.º 36002 (Arquivo de Identificação de Lisboa), Munícipe com residência permanente na Rua Quinta das Boiças s/nº de polícia, 3420-348 Tábua, venho por via desta carta, uma vez mais, registar por escrito as minhas questões, entregando-a presencialmente à Mesa desta Assembleia Municipal – para que seja anexa à Acta desta Sessão.

PONTO 1 (já conta dos três documentos anteriormente por mim entregues a V.Exª nas Assembleias Municipais de Tábua realizadas a 28FEV2018, 27JUN2018 e 28SET2018 apensos às respectivas Actas mas relativamente ao qual aguardo ainda respostas/resoluções/correctivos camarários pendentes) :

Na qualidade de Proprietário/vizinho confinante com o artigo matricial n.º 8000/AT (sito no aglomerado urbano da Quinta das Boiças/Freguesia de Tábua) e também como primeiro Signatário da Petição Pública Colectiva de Protesto - subscrita por sete Proprietários/vizinhos reclamantes - enviada por carta registada em 30/ Novembro/1998 à C.M. Tábua, que originou a abertura do **Proc. Camarário n.º 451/1998 SAD/40/014**, contra a edificação de uma vedação metálica (~35m x 1.8m) com sapata de cimento (por parte dos Proprietários desse art. n.º 8000), confinante com a via pública, sem obtenção de licenciamento/alinhamento camarário e sem provisão do afastamento regulamentado ao eixo e/ou plataforma dessa via pública, SOLICITO respostas pendentes às minhas cartas registadas afins e posteriores reclamações/Petições Públicas Colectivas de Protesto (Março e Maio 2016), bem como o cumprimento dos correctivos notificados (desde 2015, também por via de Auto de Vistoria camarário) aos Reclamados – tal como confirmado (e registado em Acta) pelo Presidente do Município na **Reunião Ordinária Pública n.º 20/2016 SA/32/014**. Esses incumprimentos (por parte dos Reclamados) condicionam, desde 1998 e até à data, a largura desse troço da via pública a ~3.75m.

Actualização:

Até à presente data, ainda não me foi prestado qualquer esclarecimento camarário sobre quaisquer resoluções e/ou correctivos (pendentes!) relativos aos supra citados Processos camarários, e a referida vedação ainda não foi corrigida.

PONTO 2 (já conta dos três documentos anteriormente por mim entregues a V.Exª nas Assembleias Municipais de Tábua realizadas a 28FEV2018, 27JUN2018 e 28SET2018 apensos às respectivas Actas mas relativamente ao qual aguardo ainda respostas/resoluções/correctivos camarários pendentes) :

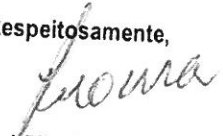
Tal como também já reportado junto da C.M. Tábua (inclusive por participação pessoal em Reuniões Ordinárias Públicas), o incumprimento do **Ponto 4 do Alvará n.º 2/1975** por parte dos Proprietários dos Lotes n.º 2/3/4 também me prejudica patrimonialmente em ~35.15m na frente (Sul) da minha propriedade habitacional (vide Reclamação n.º 349942, entre outras, registada no Livro de Reclamações da C.M.T.), condicionando a largura desse troço a ~4.20m – **agravado pelo alcatroamento abusivo de parte dessa minha propriedade** (área urbana privada). O Lote n.º 4 também se encontra murado na confinção com a via pública **sem ter obtido qualquer licenciamento/alinhamento camarário**.

PONTO 3 (já conta dos três documentos anteriormente por mim entregues a V.Exª nas Assembleias Municipais de Tábua realizadas a 28FEV2018, 27JUN2018 e 28SET2018 apensos às respectivas Actas mas relativamente ao qual aguardo ainda respostas/resoluções/correctivos camarários pendentes) :

No seguimento do aprovado em Reunião Ordinária da C. M. Tábua, com Acta n.º 09/2016 de 11 de Maio, em que a Deliberação n.º 115 aprovou a Acta da Comissão Municipal de Toponímia n.º 02/2016 de 4 de Maio e a respectiva Listagem - complementada pela Planta de Localização de Toponímia da Freguesia de Tábua que regista e ilustra parcialmente a **extensão oficial da Rua da Quinta das Boiças/Freguesia de Tábua**, SOLICITO **correctivos pendentes das irregularidades reportadas** na minha Participação-Denúncia datada 06/Junho/2017 (Registo Camarário n.º 2489) – **documentadas também por cartografia homologada e diversos Projectos de Licenciamento de Obras, confinantes com essa mesma via pública e aprovados pela CMT - razão pela qual reitero que não se aceita a decisão de arquivamento processual** (vide Ofício CMT n.º 1014, 30ABR2018 e Ofício CMT n.º 2954, 17DEZ2018).

Aguardo também por respostas objectivas afins (não dispares...e/ou parciais...) e resoluções correctivas por parte da J.F. e C.M. de Tábua às minhas Reclamações registadas sob os n.º 0349866 / 0349868 / 0118453 / 0349873 / 0349875, uma vez que reuni com a DOPGU/CMT (NOV2018) e o Presidente da J.F. Tábua também já ter reconhecido (testemunhalmente) as irregularidades por mim denunciadas (Registo Camarário n.º 2489).

Respeitosamente,


Rui Silveiro de Moura



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Anexo

Documento n.º 5

Bruno Alexandre Fonseca Santos

Rua da Casa do Povo, 154

Espariz



3420 – 105 ESPARIZ

Tábua, 26 de dezembro de 2018

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, membros da Mesa, executivo Municipal, Deputados Municipais, Presidentes de Junta, público presente e comunicação social:

Antes de mais, peço desculpa por não ter conseguido estar presente na última Assembleia Municipal ordinária de modo a, olhos nos olhos, intervir sobre os assuntos remetidos por e-mail ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Pelo que pude apurar, a intervenção foi lida, agradecendo ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal a sua disponibilidade. No entanto gostaria que a mesma fizesse parte integrante da ata para arquivo, solicitando a sua anexação a esta ata¹.

Mesmo estando indisponível presencialmente, tentei acompanhar a sessão pela transmissão on-line, mas não sendo um meio de transmissão oficial, houve cortes que me fizeram perder parte da sessão (no seguimento de uma proposta que fazia parte do expediente, será uma boa medida, e que não exige muitos recursos, a implementação da transmissão e arquivo oficial das sessões em formato vídeo). Complemento a missiva enviada, continuando com o desejo de que a Assembleia Municipal seja um espaço de excelência para o debate de ideias. Temos uma oportunidade, não a desaproveitemos. Seria ótimo que, de todas as sessões, pudéssemos trazer e levar algo de útil para o desenvolvimento do nosso concelho de modo a não darmos o nosso tempo por perdido.

Ainda no debate de ideias, reforço o apelo à resolução da dívida a fornecedores de modo a que Tábua seja conhecido como um concelho que paga a “tempo e horas” e não o inverso. Deixo também o desafio de ser elaborado um plano estratégico de desenvolvimento para o concelho, fazendo parte dele algo tão simples como: “Que concelho queremos ter daqui a 10 / 20 anos?” e algo mais complexo que é o “Como chegar lá”.

Isto encerra aquela que teria sido a intervenção na última assembleia, transitando agora para outras questões no âmbito da minha intervenção como Presidente da Assembleia de Freguesia da União das freguesias de Espariz e Sinde.

Assim, no seguimento da última Assembleia Municipal ordinária, considerei por bem solicitar um parecer à CCDRC sobre o enquadramento dos Acordos de Execução, uma vez que foi referido na mesma Assembleia que o parecer da ANAFRE não seria conclusivo.

¹ Anexo 1 – Intervenção 28 de setembro de 2018



No passado mês de novembro enviei o parecer da CCDRC ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, o qual penso ser do conhecimento de todos os membros, vindo solicitar a sua anexação a esta ata². Salvo melhor interpretação, o parecer parece-me suficientemente didático e conclusivo.

Quanto à nossa intervenção sobre o tema, ficará para já encerrada, sendo importante esclarecer várias questões:

1. Antes de remeter o assunto a público foi solicitada reunião com o executivo Municipal, não tendo havido resposta no que aos acordos de execução diz respeito (esclareço que a reunião não é obrigatória, havendo essa obrigatoriedade apenas entre os executivos).
2. Sabendo de uma possível divergência de interpretação, foi por opção do Executivo/Assembleia Municipal que os acordos de execução da União das freguesias de Espariz e Sinde foram colocados na ordem de trabalhos da Assembleia Municipal de 27 de junho, uma vez que a Assembleia de Freguesia que aprovaria a autorização para a sua celebração apenas seria realizada no dia anterior.
3. Em primeira instância preferimos solicitar o parecer à ANAFRE ao invés da CCDRC de modo a que esta divergência de interpretação ficasse numa esfera mais restrita.

Não é nosso objetivo criar qualquer rotura entre órgãos/entidades, mas sim fazer com que se respeitem mutuamente, independentemente da sua dimensão. Neste caso pensamos ter contribuído positivamente para que numa próxima os acordos de execução sejam celebrados de uma forma que proteja todas as instituições.

Com o redigido atualmente há duas questões pertinentes, e para as quais nos chamaram à atenção:

- Como é que a Junta de Freguesia justifica a não entrada de um montante cujo contrato expressa claramente que será transferido?
- Como é que o Município no futuro reagirá se todas as freguesias exigirem a transferência desses mesmos montantes?

Obviamente que sabemos os pressupostos por detrás dos acordos, os quais ficaram clarificados no âmbito deste processo, e que estas questões provavelmente nunca se colocarão. No entanto, futuramente teremos que elaborar este tipo de acordos de forma diferente e de acordo com a realidade. Ficarà ao critério do executivo municipal e dos executivos das freguesias rever os acordos para que esteja escrito aquilo que é executado na prática. Será apenas uma questão formal que nos parece que deverá ser corrigida.

Para nós, Assembleia de Freguesia, se o Município e a Junta de Freguesia estão confortáveis com esta forma de acordo, manteremos a nossa “não pronuncia”. O objetivo é simplesmente que os recursos Municipais sejam utilizados de forma equitativa por todo o concelho, e que as populações sejam plenamente satisfeitas. No entanto, para salvaguarda de todos, os Relatórios de Contas das freguesias e

² Anexo 2 - Parecer da CCDRC

o próprio Relatório de Contas do Município deve expressar, individualmente por Freguesia, os montantes executados anualmente no âmbito dos acordos de execução. Deixamos esta proposta que deverá ser vinculativa, a bem de uma maior Transparência Municipal, na qual o nosso concelho está num ranking invejável.

Ainda neste tema da Transparência Municipal, deixo mais duas sugestões de informação que deveria fazer parte integrante do Relatório de Contas do Município:

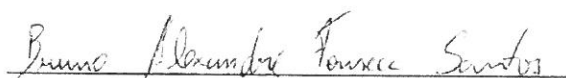
1. A listagem de todos os protocolos celebrados e que se encontrem por cabimentar, comprometer ou liquidar. Além de dar uma maior transparência e coerência às contas globais do município, permitiria validar a informação sobre os montantes por receber que as Juntas de Freguesia e demais Instituições deverão colocar no seu relatório de contas / informações financeiras intercalares, tal como já se faz por exemplo na Junta de Freguesia de Espariz e Sinde.
2. Outro aspeto importante será a inclusão da listagem de todas as Dividas a Terceiros no final de cada ano, sendo uma listagem que já é enviada à DGAL. Permitiria assim aferir-se com exatidão a antiguidade de saldos do Município, sendo um indicador bem mais importante do que a simples análise do prazo médio de pagamentos.

Como cidadão e como eleito local não vejo qualquer razão para que estes dados não sejam públicos e/ou façam parte dos Relatórios de Contas. Modernizar a política é torna-la mais transparente e eficaz ao serviço da população. Sendo o primeiro Relatório de Contas (integral) do atual Executivo, poderá ser a altura ideal para modernizar!

Despeço-me, deixando os votos de um ótimo 2019 para todos, e que o nosso concelho seja cada vez mais próspero. Como eleito local, desejo um maior desenvolvimento das freguesias de modo a que sejam combatidas as assimetrias existentes. São necessárias estratégias cuja decisão política pouco depende das juntas de freguesia de modo a que, ao invés das freguesias perderem população, possam fixar famílias!

Um forte abraço e continuação de bom trabalho em prol do desenvolvimento do nosso concelho, o qual queremos que seja cada vez melhor!

Com os melhores cumprimentos,


(Bruno Alexandre Fonseca Santos)

Nota rápida final: No âmbito das propostas das ARU / Revisão do PDM, parece-me que pode ser interessante promover sessões de divulgação, esclarecimento e debate em cada Freguesia, podendo ser solicitado também um parecer não vinculativo às Assembleias de Freguesias, de modo a que toda a população possa fazer parte destes importantes processos.



3420 – 105 ESPARIZ

Tábua, 28 de setembro de 2018

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, membros da Mesa, executivo Municipal, Deputados Municipais, Presidentes de Junta, público presente e comunicação social:

Tendo estado presente nas últimas Assembleias Municipais, e reconhecendo a importância que a participação cidadã pode ter vida política, permitam-me que deixe algumas sugestões/considerações:

1. Na última Assembleia Municipal, em particular, assisti a um exagerado e personalizado debate, no qual todos até chegámos a ouvir a expressão “estou a atacá-lo a si”. Marcou-me negativamente, não interessando sequer quais os intervenientes pelos quais tenho enorme respeito e consideração. Até poderei compreender que possa existir alguma exaltação num momento de maior “combate” político, no entanto o foco na “pessoa” é algo que me desagrada como cidadão. Penso que o objetivo de todos os eleitos deve ser a discussão de ideias e propostas para melhorar o nosso belo concelho. Gastar energia com o acessório parece-me um exercício desnecessário que apenas desprestigia os demais órgãos autárquicos.

Tomo a liberdade de fazer este reparo pois já assisti a momentos semelhantes em outras assembleias com outros intervenientes, bem como em reuniões públicas do órgão executivo (através do acompanhamento on-line). Mais do que a imagem dos intervenientes, parece-me em causa a imagem do político local, o qual deve focar em melhorar a qualidade de vida da população e fazer de Tábua um Concelho cada vez melhor. Há um provérbio chinês muito conhecido que diz o seguinte: “Pessoas sábias falam sobre ideias; Pessoas comuns falam sobre coisas; Pessoas medíocres falam sobre pessoas.” Permitam-me a ousadia, pois o desafio parece simples: vamos falar sempre sobre ideias, mesmo que isso dê muito mais trabalho e seja bem mais difícil!

2. Mudando para um tema mais objetivo, aproveito para expressar a minha satisfação e felicitar o executivo, e em particular do Sr. Presidente e Vice-Presidente que são elementos comuns ao mandato anterior, pelo muito investimento feito em Tábua nos últimos 5 anos. No entanto, o Relatório do Concelho das Finanças Públicas colocou a



“nu” uma realidade que já todos conhecíamos. Apesar de Tábua ter gradualmente reduzido a sua dívida global, os pagamentos em atraso / dívidas a fornecedores têm aumentado de uma forma muito significativa de semestre para semestre, o que já nos deveria ter obrigado a uma reflexão profunda, bem como a um intenso debate para se encontrar a forma de resolver esta problemática.

Penso ser do conhecimento de todos que, não tendo sido formalizado qualquer empréstimo de longo prazo nos últimos anos, o muito (e necessário) investimento que tem sido feito no nosso Concelho tem sido realizado com o recurso a receita corrente para seu pagamento e atraso no pagamento a fornecedores. Foi uma opção de gestão que, enquanto membro do anterior executivo tive que compreender, visto não ter havido unanimidade nesta matéria após o Município ter “folga” para o poder optar por outra solução. Havendo um novo ciclo, parece-me que será necessário que todos os órgãos municipais repensem se esta será a forma adequada de trabalhar, ou se existirão alternativas menos “dolosas” para os nossos fornecedores. Apelo assim ao consenso e à unanimidade de modo a que seja feito um plano de investimentos e respetivo financiamento através de um empréstimo de longo prazo, libertando assim receita corrente para reduzir a dívida a fornecedores. Globalmente, mantendo-se a boa gestão, continuaremos a reduzir dívida. Optando, por exemplo, pela via de um empréstimo de longo prazo para pagar o investimento, o que iremos fazer é transferir a dívida dos fornecedores para a banca, tal como deve ser feito quando se tratam de investimentos e não temos condições financeiras imediatas. Não podemos acomodarmo-nos à justificação da dívida a fornecedores estar a aumentar em resultado do muito investimento. O Investimento é necessário e fundamental, e os fundos comunitários para resolver problemas fulcrais no concelho tem que ser aproveitados, mas certamente haverá outras alternativas que permitam a execução destas obras, que não apenas e só o atraso no pagamento a fornecedores.

Conhecendo minimamente a realidade das contas do Município, parece-me muito possível que até ao final do mandato o Município de Tábua possa fazer parte do “Programa Pagar a Tempo e Horas”, sendo algo que teríamos todos muito prazer em ver atingido, tal como foi feito com a Transparência Municipal em que conseguimos sair de uma posição difícil e estar agora numa posição de destaque pela positiva.

Como Município, dói ouvir que o seu Município não é bom pagador, sendo um rótulo que normalmente deixa de ser apenas do Município e passa a ser aplicado involuntariamente aos seus Municípios.

Tendo deixado de estar tão ativamente por dentro da realidade municipal, o proposto pode até nem ser “a solução”, mas espero que o facto de trazer o tema a discussão

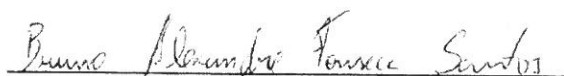
possa ser gerador de união entre todos os órgãos municipais para ser encontrada a melhor solução para resolver esta problemática. E isto não deverá depender apenas do executivo permanente, mas sim de todo o órgão executivo, dos Srs. Deputados Municipais e dos seus contributos que devem ser aceites de parte a parte. Devemos olhar para a nossa posição como um grupo de cidadãos apoiados por determinada força política e não como uma determinada força política que é composta por cidadãos. Todos foram eleitos, acima de tudo para defender o nosso concelho, e todos sabemos que uma opção conjunta será sempre mais forte! Encontrar uma solução unanime depende de todos, sendo o seu fracasso responsabilidade igualmente de todos.

Ainda neste ponto, seria bom pensarmos que os fornecedores com os quais temos faturas em dívida tem as suas obrigações, seja com os seus colaboradores, seja com o próprio estado. É tudo uma questão de respeito. Vamos respeitar quem nos tem ajudado a sermos melhores, pagando a “tempo e horas”.

Estando em altura de preparação do orçamento, parece-me ser a altura chave para que esta matéria seja discutida.

Por fim, deixar-vos votos de continuação de bom trabalho, esperando que esta intervenção contribua positivamente para que continuemos a fazer de Tábua um concelho cada vez melhor!

Com os melhores cumprimentos,



(Bruno Alexandre Fonseca Santos)